



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de scanners com garantia pelo período de 60 (sessenta) meses, para atender às necessidades da Justiça Federal da 1ª Região e órgãos participantes, de acordo com condições, especificações e quantidades constantes deste Termo e seus Anexos.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. MOTIVAÇÃO E OBJETIVO A SER ALCANÇADO POR MEIO DA CONTRATAÇÃO:

2.1.1. A aquisição de scanners visa atender às demandas da Justiça Federal, assegurando a eficiência, eficácia, segurança e celeridade dos processos. Essa aquisição visa substituir equipamentos obsoletos, fora da garantia ou com defeito, consoante a Resolução CJF 477/2018.

2.1.2. O serviço de escaneamento de documentos é essencial para o cumprimento dos objetivos institucionais. Como qualquer tecnologia, os scanners sofrem desgaste natural ao longo do tempo, e, visando à otimização dos processos, é necessário realizar um estudo para identificar soluções mais modernas e adequadas às demandas atuais.

2.1.3. Além de garantir a continuidade dos serviços, essa aquisição contribui para a modernização digital da Justiça Federal, pois o escaneamento de documentos facilita a implementação de processos eletrônicos, permite atendimentos remotos e viabiliza o uso de tecnologias para o tratamento de documentos de forma mais ágil e segura.

2.1.4. A modernização proporcionada pela aquisição de novos scanners visa a aceleração dos trabalhos, resultando em maior produtividade e eficiência nas operações diárias

2.1.5. Esta aquisição está conforme os objetivos do Plano de Transformação Digital da Justiça Federal da 1ª Região – PTD-JF1, conforme a PORTARIA PRESI 1429/2023, e está alinhada às diretrizes estabelecidas para o período de 2021-2026.

2.1.6.. Riscos da não contratação:

2.1.6.1. A não atualização dos equipamentos resultará em maiores despesas com manutenção, devido ao acúmulo de aparelhos fora da garantia e com alto custo de reparo.

2.1.6.2. Manter um parque tecnológico obsoleto não atendendo as necessidades atuais da justiça federal.

2.2. BENEFÍCIOS DIRETOS:

2.2.1. Digitalização Rápida e Eficiente

2.2.2. Melhoria na Qualidade da Imagem

2.2.3. Redução de Espaço Físico

2.2.4. Facilidade de Compartilhamento

2.2.5. Compatibilidade com Sistemas

2.3. BENEFÍCIOS INDIRETOS:

2.3.1. Facilita auditorias e cumprimento de normas (como a LGPD), com rastreabilidade e armazenamento adequado de documentos.

2.3.2. Segurança da Informação, documentos digitais, diferente dos documentos físicos, podem ser protegidos por senha, criptografia e backups.

2.3.3. Redução do uso de papel.

2.4. CORRELAÇÃO COM O PLANEJAMENTO EXISTENTE:

2.4.1. A presente contratação encontra-se em consonância com os planejamentos dos itens 2.5.5 e 2.5.6. e com as diretrizes dos macrodesafios do Poder Judiciário, no aperfeiçoamento da gestão de custos e melhoria da qualidade dos gastos públicos.

2.4.2. Por fim, cabe destacar, ainda, que este Termo de Referência foi elaborado seguindo o Decreto nº 7.174/2010 e a Resolução 468/2022 do CNJ. A Secretaria de Tecnologia da Informação - SECIN, realiza as suas aquisições de equipamentos, materiais e serviços de Tecnologia da Informação (TI) com base em seu PDTI e demais planos, conforme item 3.1.3 do Alinhamento Estratégico. Os artefatos que embasam a contratação são: Estudo Técnico Preliminar ([25162565](#)) e o Mapa de Riscos ([23150526](#)).

2.5. O OBJETO DA CONTRATAÇÃO NÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL 2026, CONFORME DETALHAMENTO A SEGUIR:

2.5.1. Link do PCA: <https://www.trf1.jus.br/trf1/compras-licitacoes-e-contratos/plano-de-contratacoes-anual---pca>

2.5.1.1. Demanda intempestiva.

2.5.2. Unidade Requisitante: SECIN - DIATU - DIVISÃO DE APOIO AOS USUÁRIOS.

2.5.3. Id da Futura Contratação: TRF1_DIATU_0012_2026

2.5.4. Classificação: TIC - Bens permanentes de TIC.

2.5.5. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI – da Justiça Federal para 2021-2026, aprovado pela resolução CJF-RES-2020/00685 de 15 de dezembro de 2020.

2.5.5.1. ID 1 - Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal.

2.5.6. Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da Primeira Região – PDTI-TRF1 2024/2026 (<https://www.trf1.jus.br/trf1/apresentacao/planejamento>), aprovado pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) -JF1, PAe ([0017764-50.2024.4.01.8000](#)).

2.5.6.1. PDTI-2024-002 - Prover atendimento aos usuários de TI da JF1..

2.5.7. Plano de Contratação de Soluções de TI – PCSTI 2026 ([24049556](#)):

2.5.7.1. A ação não está prevista no plano de contratações de soluções de TI da JF1.

2.5.8. Política de Governança e Gestão das Contratações da Justiça Federal da 1ª Região ([14003741](#)).

2.5.9. Classificação Orçamentária:

2.5.9.1. Fonte: MTGI/AI

2.5.9.2. Valor:

2.6. REFERÊNCIA A ESTUDOS PRELIMINARES QUE EMBASEM A CONTRATAÇÃO:

2.6.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em no item 5. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços dos Estudos Técnicos Preliminares doc. (25162565).

3. DA BASE LEGAL E ENQUADRAMENTO DO OBJETO

3.1. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO:

- 3.1.1. Recomenda-se que esta licitação seja efetuada nos moldes de Pregão Eletrônico conforme disposto no inciso I, art. 28 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, visto se tratar de aquisição de bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 3.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.2. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

3.2.1. Será adotado o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

3.3. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

3.3.1. Adjudicação POR ITEM.

3.4. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO:

- 3.4.1. O objeto da contratação não é de natureza contínua.
- 3.4.2. Fornecimento com entrega imediata.

3.5. DO REGISTRO DE PREÇO

- 3.5.1. Deverá ser adotado o Sistema de Registro de Preços, conforme estabelece o Decreto n. 11.462/2023, pelo seguinte aspecto: quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas (art. 3º, inciso III) e aquisição de bens com previsão de entregas parceladas (art. 3º, inciso II).
- 3.5.1.1. Não há previsão imediata de aquisição para as quantidades registradas, considerando que os pedidos ocorrerão mediante demanda da unidade requisitante.
- 3.5.2. O prazo de vigência da Ata será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período e renovado o quantitativo, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5.2.1. Justifica-se a possibilidade de renovação dos quantitativos da Ata de Registro de Preços, considerando a necessidade de adequação às demandas que venham a se apresentar durante a prorrogação da vigência. A medida visa assegurar a regularidade no atendimento às demandas administrativas e Judiciais, prevenindo eventuais prejuízos à continuidade dos serviços e promovendo a adequada gestão dos recursos públicos.
- 3.5.2.2. Caberá ao fornecedor da Ata solicitar o reajustamento dos preços e demonstrar a variação, mediante apresentação da respectiva planilha, bem como apresentar a documentação comprobatória do seu pleito.
- 3.5.2.2.1. O reajuste dos preços terá como limite a variação do ICTI – Índice de Custo de Tecnologia da Informação - ou, na hipótese de extinção deste, por outro que venha a substituí-lo.
- 3.5.3. Serão admitidas adesões à Ata de Registro de Preços por órgãos não participantes da Justiça Federal, Tribunais Superiores e pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 30 da Resolução CJF 842/2023, desde que o órgão apresente:
- 3.5.3.1. Justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público; e
- 3.5.3.2. Demonstre que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021;
- 3.5.3.3. A equipe de planejamento manifesta-se favoravelmente à viabilidade de adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos da Justiça Federal, Tribunais Superiores e pelo Supremo Tribunal Federal. Trata-se de entidades com características institucionais semelhantes às do órgão gerenciador, o que favorece a compatibilidade entre as demandas e as condições pactuadas na Ata. Serão admitidas adesões por demais órgãos da Administração Pública Federal conforme o Parecer Cojur 398 (24155737).
- 3.5.4. Será divulgada a intenção de registro de preços, nos termos do art. 86 da Lei 14.133/2021.

3.5.5.1. Órgão Gerenciador:

ORGÃO	UASG	TELEFONE	E-MAIL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (TRF1)	090027	(61) 3314-1632	diatu@trf1.jus.br

3.5.5.2. Órgãos Participantes:

ÓRGÃO	Sigla	UASG	Local de Entrega	Telefone	E-mail
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	CEFET-RJ	153010	Rua Mata Machado nº 46 – Maracanã, Rio de Janeiro – RJ, Cep: 20271-260	21 2566-3042; 21 2566-3158	thiago.barros@cefet-rj.br elielson.ribeiro@cefet-rj.br danillo.santos@cefet-rj.br
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA	FESP-RR	927916	Av. Via das Flores, 1696 - Pricumã, Boa Vista - RR, 69309-366	095 98104-3404	executiva.fesp@sesp.rr.gov.br thayany.reis@sesp.rr.gov.br
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - REITORIA	IFB-PB	158138	Rua: Pastor Frank Dyer, Jardim Cidade Universitária, João Pessoa - PB - CEP:58052-564	(83) 99940-1002; (83) 99128-8355	licitacao@ifpb.edu.br alex.rocha@ifpb.edu.br jose.canuto@ifpb.edu.br
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	PCRR	927020	Av. Getúlio Vargas, 3859, Canarinho Cep 69.306-545, Boa Vista-RR	(95) 98410-7105 / (95) 99112-7804	wesley.oliveira@policiacivil.rr.gov.br luiz.silva@policiacivil.rr.gov.br

					ov.br da@policiacivil.rr.gov.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	SJAC	90024	SJAC - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/n Portal da Amazônia, CEP 69915-632 - Rio Branco - AC	(68) 3311-1752; (68) 3214-2017	vinicius.mmaia@trfl.jus.br cleiverson.almeida@trfl.jus.br selic.ac@trfl.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE AMAPÁ	SJAP	90037	Rodovia Norte-Sul S/N, Bairro Infraero II, Macapá-AP, CEP 68.908-911	(96) 3198-9533 (69) 3198-9350	nutec.ap@trfl.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	SJDF	90023	Seção Judiciária do Distrito Federal SEPAM - Seção de Patrimônio e Material Setor de Garagens Oficiais Norte (SGON) Quadra 02, Lotes 30/60, Brasília -DF, CEP 70.610-620	61-3221-6401; 61- 3221-6310	nulic.df@trfl.jus.br nutec.df@trfl.jus.br
JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - ES	SJES	90014	Ed. Sede da Seção Judiciária do Espírito Santo, localizado à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória – ES, CEP: 29.053-245.	(27) 31835164; (27) 3183 5066	sesut@jfes.jus.br seprac@jfes.jus.br
JUSTIÇA FEDERAL EM GOIÁS	SJGO	90022	Edifício sede - Rua 19, nº 244, Centro, CEP: 74030-090	(62) 3226-1528; (62) 3226-1681	selit.go@trfl.jus.br nutec.go@trfl.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	SJMA	90004	Seção de Material e Patrimônio - SEMAP da Seção Judiciária do Maranhão, Av. Senador Vitorino Freire, 300 - Areinha, CEP 65031-900, São Luís/MA.	(98) 3214-5707; (98) 3214-5748	secom.ma@trfl.jus.br nutec.ma@trfl.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	SJPA	90003	Rua Domingos Marreiros, 598, Umarizal CEP: 66055-210 Belém - PA	91-3299-6168; 91-3299-6107	selit.pa@trfl.jus.br nutec.pa@trfl.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	SJPI	90005	SJPI - Edifício-sede em Teresina Piauí, Av. Miguel Rosa, 7315, Bairro Redenção, Teresina-Piauí, CEP 64018-550 - SEMAT-PI - Seção de Material e Patrimônio	(86) 2107-2850; (86) 2107-3250	secad.pi@trfl.jus.br nutec.pi@trfl.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	SJRJ	90016	Seção Judiciária do Rio de Janeiro Seção de Almoarifado/SEALM Rua Equador, 613 - Santo Cristo – Rio de Janeiro-RJ	(21) 2282-8098; (21) 2282-7704	tssealm@jfrj.jus.br m.lucia@trf2.jus.br disus@trf2.jus.br bernardo.ciriaco@trf2.jus.br r tssetecd@trf2.jus.br"
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA/RO	SJRO	90025	AVENIDA PRESIDENTE DUTRA N. 2203, PORTO VELHO/RO - 78916-100	(69) 2181-5705	nutec.ro@trfl.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA/RR	SJRR	90039	Av. Getúlio Vargas, 3999, Canarinho Boa Vista/RR, CEP: 69306-545	(95) -21214202; (95) -21214223	secad.rr@trfl.jus.br nutec.rr@trfl.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	SJRS	90020	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha 600, Porto Alegre, RS, CEP 90010-395	(51) 3214 9021; (51) 3214 9236	contratos@jfrs.jus.br rspoadtinat@jfrs.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS - SJTO	SJTO	90038	SEMAP – Seção de Material e Patrimônio Av Teotonio Segurado, Qd 201 Norte, Cj 01, Lote 2A, Palmas- TO, CEP 77.001-128	63-3218-3858; 63- 3218-3822	selit.to@trfl.jus.br seinf.to@trfl.jus.br
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO	TRF2	90028	Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Seção de Almoarifado – SALMOX, Rua do Acre, 80, sala 305, Centro, Rio de Janeiro/RJ	(21) 2282-8098; (21) 2282-7704	salmox@trf2.jus.br m.lucia@trf2.jus.br disus@trf2.jus.br bernardo.ciriaco@trf2.jus.br r tssetecd@trf2.jus.br
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO	TRF5	90031	Edifício Ministro Djaci Falcão, na Av. Cais do Apolo, s/n – Bairro do Recife, Recife/PE, CEP 50.030-908	81 - 3425-9130; 81 – 3425-9388	abisail@trf5.gov.br jvaraujo@trf5.jus.br cpl@trf5.jus.br
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO	TRF6	90059	Avenida Álvares Cabral, 1805, 5º andar - CEP 30170 001 Bairro Santo Agostinho Belo Horizonte/MG	(31) 3501-1444; (31) 3501-1202	marcela.carmo@trf6.jus.br licitacao@trf6.jus.br airton.junior@trf6.jus.br surel@trf6.jus.br

3.5.6. Gestor da Ata de Registro de Preços: Arthur Henrique Villa Real Ferreira Ramos - TR301619

3.5.7. Gestor substituto da Ata de Registro de Preços: Alex Cerqueira Rocha - TR46903

3.6. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA:

3.6.1. Conforme art. 26º da Lei 14.133/2021 e art. 3º do Decreto 11.890/2024, nos processos de licitação realizados no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os produtos manufaturados nacionais e os serviços nacionais que atendam aos regulamentos técnicos pertinentes e às normas técnicas brasileiras poderão ser objeto de margem de preferência normal, conforme Resolução SEGES/CICS-MGI nº 4/2024 e Resolução SEGES/CICS-MGI nº 8/2025.

3.6.2. O objeto dessa contratação enquadra-se como o CNM 8443 do Anexo I da Resolução SEGES/CICS-MGI nº 8/2025: 84.43: Máquinas e aparelhos de impressão por meio de placas, cilindros e outros elementos de impressão da posição 84.42; outras impressoras, aparelhos de copiar e aparelhos de telecopiar (fax), mesmo combinados entre si; partes e acessórios. Regra de origem: código CFI ou PPB; Margem Normal: 10%; Regra de qualificação: portaria DesIn; Margem adicional: 10%.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Será assegurada a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei n. 14.133/2021.
- 4.2. Será admitida a participação de sociedades cooperativas, de acordo com o previsto no art. 16 da Lei 14.133/2021.

4.3. Consoante ao art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, que obriga nas licitações a reserva de cota para ME/EPP, observa-se que as aquisições dos equipamentos discriminados acima contemplam entrega descentralizada nos Tribunais e Seções Judiciárias com assistência técnica local descentralizada, exigindo da contratada grande capacidade logística, portanto, inviabilizando a contratação de pequenas e médias empresas.

4.3.1. Quanto aos equipamentos em questão, mesmo sendo bens de natureza divisível não é recomendável haver mais de uma marca/modelo por tipo de equipamento. O gerenciamento técnico e a resolução de incidentes e problemas nos serviços de TI já são naturalmente complexos quando existe somente uma marca e modelo, sendo extremamente agravados em nível e tempo de solução quando se tem diversas marcas e modelos.

4.3.2. A aquisição de equipamentos de TI de diversas marcas e modelos requer dos técnicos de TI conhecimento bastante amplo em diversas soluções de mercado, além de não atender os critérios de padronização para a Primeira Região. Contudo, com o reduzido quadro técnico de TI do TRF1, a solução de problemas e falhas nos equipamentos, ou seja, o prazo de resolução de incidentes será maior, comprometendo a disponibilidade dos equipamentos de digitalização. Por isso a preferência por produtos de mesma marca e modelo, propiciando padronização e possibilitando gestão mais eficiente.

4.3.3. Na Resolução nº 477/2018 do CJF ficou estabelecido que os equipamentos de digitalização tenham mínima garantia da assistência técnica de 4 (quatro) anos. A forma de contratação atualmente aceita e recomendada pelo TCU para o tipo de serviços de garantia da assistência técnica, ou seja, o *SLA (Service Level Agreement)* requer prazos rigorosos para entrega, manutenção e substituição, o que entendemos ser de difícil atendimento em se tratando de pequenas e microempresas. Ademais a experiência tida neste tipo de aquisição demonstra que mesmo as grandes empresas podem vir a ter alguma dificuldade logística quando não há experiência no cumprimento de tais obrigações, não sendo possível e factível a contratação de ME/EPP para o presente caso, sem impor à Administração alto risco de descumprimento contratual.

4.3.4.. Em contraste com as ARPs anteriores, ARP 4/2021 ([12793067](#)) – EVEREST e ARP 6/2021 ([12793186](#)) – SCANINFO, que foram atendidas por microempresas, a presente contratação lida com quantitativos superiores e com outros órgãos de diversos estados do Brasil. O Art. 10, inciso IV do Decreto nº 8.538/2015 permite afastar o benefício se o tratamento diferenciado não for capaz de alcançar a eficiência pública. O ganho de escala de uma ARP nacional é um dos objetivos centrais do Sistema de Registro de Preços. Ademais, em uma ARP nacional, a fragmentação do objeto em cotas ou itens exclusivos pode comprometer a padronização técnica e a eficiência da gestão da ata, especialmente quando se espera que diversos órgãos federais realizem adesões.

5. DOS ITENS E QUANTIDADES

5.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos Scanners, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	SICAM	COD. SIASG	PD M	DESCRIÇÃO	UNIDAD E DE MEDIDA	ÓRGÃO	QUANTIDAD E POR ÓRGÃO	QUANTID ADE TOTAL
1		448745	238	SCANNER TIPO I	Unidade	TRF 1ª REGIÃO	55	467
						CEFET-RJ	6	
						FESP-RR	200	
						PCRR	100	
						SJAC	16	
						SJAP	22	
						SJDF	7	
						SJES	8	
						SJGO	10	
						SJPA	1	
						SJPI	20	
						SJRR	2	
						TRF6	20	
2		448745	238	SCANNER TIPO II	Unidade	TRF 1ª REGIÃO	20	524
						CEFET-RJ	4	
						FESP-RR	100	
						PCRR	50	
						SJAP	6	
						SJDF	12	
						SJES	5	
						SJGO	30	
						SJMA	10	
						SJPA	20	
						SJPI	1	
						SJRJ	180	
						SJRO	3	
						SJRR	6	
						SJRS	15	
						TRF2	60	
						TRF6	2	
3		326410	238	SCANNER TIPO III	Unidade	TRF 1ª REGIÃO	4	85
						CEFET-RJ	2	
						FESP-RR	4	

						IFB-PB	2	
						PCRR	2	
						SJAC	1	
						SJDF	7	
						SJES	5	
						SJGO	5	
						SJMA	10	
						SJPA	7	
						SJPI	1	
						SJRJ	20	
						SJRO	1	
						SJRR	1	
						SJRS	5	
						TRF2	5	
						TRF5	3	
						TRF6	0	
4		394701	238	SCANNER TIPO IV	Unidade	TRF 1ª REGIÃO	14	380
						FESP-RR	200	
						PCRR	100	
						SJAP	5	
						SJDF	5	
						SJGO	6	
						SJMA	5	
						SJPA	10	
						SJPI	2	
						SJRJ	10	
						SJRR	5	
						SJTO	3	
						TRF2	15	

5.2. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet (código BR) e as especificações técnicas constantes deste instrumento, prevalecerão as últimas.

6. DA PROPOSTA

6.1. As proponentes deverão, apresentar proposta onde deverá constar além da descrição completa do bem, o número do item, o quantitativo, a marca, modelo/referência do produto ofertado, o preço unitário e total do item, assim como de todos os seus componentes expansíveis, opcionais ou que possam oferecer variação de configuração de forma a permitir a correta identificação destes na documentação técnica apresentada.

6.1.1. Não será admitida a apresentação de proposta com quantitativo inferior ao estabelecido no edital.

6.2. Será permitido o uso de expressões técnicas de uso comum na língua inglesa.

6.3. Todos os equipamentos e componentes cotados deverão estar em linha de produção, ou seja, sendo produzidos e comercializados pelo fabricante na data da licitação. Não será permitido o fornecimento de equipamentos cujo fim de vida útil ("end-of-life") já esteja anunciado.

6.4. Para todos os itens: Fazer acompanhar às propostas, manuais, catálogos, folhetos, impressos ou publicações originais do fabricante, fazendo constar no Formulário de Avaliação Técnica, conforme Anexo IV, a identificação e página do documento onde se encontra descrita cada uma das características ofertadas.

6.4.1. Caso a licitante não disponha de catálogos, folhetos, impressos ou publicações originais do fabricante quanto às especificações técnicas dos componentes, deverá apresentar declaração do fabricante do equipamento em questão com as referidas especificações.

6.5. Para todos os itens: Fazer acompanhar à proposta Formulário de Avaliação Técnica, conforme Anexo IV.

6.6. Informar, em dias corridos, que o prazo para entrega dos equipamentos deverá ser de até no máximo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao recebimento pela Contratada da Ordem de Fornecimento.

6.7. Informar, em meses, a garantia técnica “on site” dos equipamentos, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) meses**, contados a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo do objeto contratado.

6.8. Para todos os itens, apresentar, juntamente com a proposta, comprovação emitida pelo fabricante ou documentação técnica do equipamento ofertado, demonstrando que possui eficiência energética e que não utilizam materiais que agredem ao meio ambiente, para atendimento dos subitens 1.19, 1.20, 2.19, 2.20, 3.19, 3.20, 4.19, 4.20 do Anexo I.

7. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com a última alteração, Registro Empresarial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU), devidamente registrado no órgão competente.

7.1.1.1. Em quaisquer dos atos constitutivos, deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

7.1.1.2. Caso o Representante Legal não esteja indicado no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, deverá apresentar procuração.

7.1.1.3. São aplicáveis as regras do art. 3º da Lei 13.726/2018 relativamente à autenticação de documentos.

7.1.2. Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

7.1.3. Em se tratando de cooperativas:

7.1.3.1. Ata de fundação e documento que aprovou o Estatuto Social, devidamente registrado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede; e

7.1.3.2. Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do art. 107 da Lei 5.764/1971.

7.1.4. Em se tratando de empresas reunidas em consórcio - apresentar Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio subscrito pelos consorciados, por Escritura Pública ou Documento Particular, nos termos do art. 3º, da Lei 13.726/2018, com pelo menos o seguinte:

7.1.4.1. Designação do consórcio e sua composição;

7.1.4.2. Finalidade do consórcio;

7.1.4.3. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

7.1.4.4. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

7.1.4.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;

7.1.4.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

7.1.4.7. Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;

7.1.4.8. No Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio Compromisso, previsto no subitem 7.1.4, deve estar previstas as seguintes condições:

7.1.4.8.1. De que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido no subitem 7.1.4.3 deste Termo de Referência.

7.1.4.8.2. De que a substituição de consorciado previamente autorizada pelo Contratante estará condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

7.1.4.8.3. Acerca da responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

7.1.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.3. Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, junto à Caixa Econômica Federal;

7.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União e à Secretaria da Receita Federal, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil;

7.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;

7.2.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quando se tratar de empresa sediada fora do Distrito Federal;

7.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

7.3.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

7.3.2.1. A licitante que apresentar resultado igual ou menor que 1, em quaisquer dos índices - Liquidez Geral – LG, Solvência Geral – SG, e Liquidez Corrente – LC, deverá possuir Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 5% do valor estimado do respectivo item da contratação, em que a licitante for classificada na fase de habilitação, na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação das propostas.

7.3.3. Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de no mínimo, 5% do valor estimado do respectivo item da contratação, em que a licitante for classificada na fase de habilitação.

7.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º da Lei nº 14.133/2021.

7.3.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, conforme art. 69, §6º da Lei nº 14.133/2021.

7.3.6. Os consórcios, exceto quando compostos em sua totalidade por micro e pequenas empresas, deverão possuir um Patrimônio Líquido e/ou Capital Circulante Líquido no mínimo 10% maior que o exigido nos itens 7.3.2.1 e 7.3.3.

7.3.7. Será aceito o somatório de cada consorciado para comprovar o exigido nos itens 7.3.2.1. e 7.3.3.

7.3.8. Caso a licitante seja vencedora em mais de um item, será considerado o item com o maior valor, para comprovação do exigido nos itens 7.3.2.1. e 7.3.3.

7.3.9. Todos os documentos e exigências para qualificação econômico-financeira deverão ser apresentados por cada empresa consorciada, e serão examinados separadamente.

7.3.10. Em se tratando de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- 7.3.10.1. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 - 7.3.10.2. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
 - 7.3.10.3. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 7.3.11. Justifica-se a exigência de requisitos de habilitação financeira, uma vez que a contratação de fornecedor financeiramente não qualificado impõe alto risco à Administração. O risco citado envolve a entrega dos equipamentos em todo território nacional pela CONTRATADA, bem como a capacidade de honrar os compromissos relativos à garantia contratual que perduram pelo período de 60 (sessenta) meses, custos decorrentes de eventuais sanções contratuais que venham a ser aplicadas ou inexecução.. Além disso há o risco para a equipe técnica da CONTRATANTE uma vez que haverá a necessidade de instalação e reposição de equipamentos. Essa repetição dos custos pode causar interrupção do serviço prestado.

7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 7.4.1. Para comprovação de sua qualificação técnica, a Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:
- 7.4.1.1. Apresentar pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado em nome da empresa, que comprove o fornecimento para equipamentos scanner nas quantidades mínimas, conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE (20% do quantitativo total do item)
1	93
2	104
3	17
4	76

- 7.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.
- 7.4.2.1. Caso a licitante seja vencedora em mais de um item, será considerado o item com o maior quantitativo para comprovação.
- 7.4.2.2. A exigência de apresentação de atestado de capacidade técnica na proporção de 20% (vinte) do quantitativo total de equipamentos por item se justifica por refletir os critérios técnicos preponderantes na solução ofertada, bem como garantir que a licitante demonstre capacidade logística compatível para entrega da solução em todas as localidades.
- 7.4.2.3. Por todo o exposto, a exigência está alinhada com a Súmula nº 263/2011 do TCU, por se tratar de comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, limitada à parcelas de maior relevância e não superior a 50% do objeto pretendido.
- 7.4.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 7.4.4. Para cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 7.4.4.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764/1971](#);
- 7.4.5. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:
- 7.4.5.1. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;
- 7.4.5.2. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;
- 7.4.5.3. Na hipótese do subitem 7.4.5 deste Termo de Referência, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. A descrição da solução como um todo foi avaliada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, conforme segue especificação dos requisitos da contratação:
- 8.1.1. Requisitos de negócio:
- 8.1.1.1. Prover atualização tecnológica para otimizar os processos de digitalização e aumentar a eficiência dos trabalhos essenciais na Justiça Federal da 1ª Região.
 - 8.1.1.2. Garantir a continuidade dos serviços de digitalização, garantindo maior disponibilidade dos equipamentos.
 - 8.1.1.3. Otimizar o desempenho das atividades que necessitam da utilização desses recursos de modo a torná-las céleres.
 - 8.1.1.4. Promover a modernização contínua dos scanners.
 - 8.1.1.5. Reduzir custos operacionais e de manutenção, priorizando soluções tecnológicas eficientes e de alta durabilidade.
 - 8.1.1.6. Garantir a aquisição de soluções tecnológicas aderentes às necessidades e realidade da Justiça Federal da 1ª Região e que apresentem qualidade e garantias técnicas efetivas.
 - 8.1.1.7. Agilizar os trabalhos dos servidores por meio de equipamentos que ofereçam desempenho superior e facilitem o acesso digital aos documentos.
 - 8.1.1.8. Garantir eficiência e aderência às necessidades institucionais.
- 8.1.2. Requisitos de capacitação:
- 8.1.2.1. Não há necessidade de capacitação dos servidores, apenas a entrega de manuais, sendo isso suficiente para a utilização dos equipamentos.

8.1.3. Requisitos legais:

8.1.3.1. Leis e Decretos:

- a) [Lei Complementar nº 123/2006](#) - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte c/c [Decreto nº 8.538/2015](#) - altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
- b) [Lei nº 13.709/2018](#) - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- c) [Lei nº 14.133/2021](#) - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- d) [Decreto nº 11.462/2023](#) - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- e) [Lei nº 12.305/2010](#) - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
- f) [Decreto nº 7.174/2010](#) - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

8.1.3.2. Normas específicas para contratações de TI:

- a) [Instrução Normativa nº 65/2021 SGD/ME](#) - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- b) [Instrução Normativa nº 58/2022 SGD/ME](#) - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- c) [Instrução Normativa nº 81/2022 SEGES/ME](#) - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.
- d) [Instrução Normativa nº 94/2022 SGD/ME](#) - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP do Poder Executivo Federal.
- e) [Portaria nº 6.680 SGD/MGI](#) - Altera a Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1º de junho de 2023, que estabelece modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP do Poder Executivo Federal.

8.1.3.3. Normas do Conselho Nacional de Justiça:

- a) [Resolução CNJ nº 347/2020](#) - Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário.
- b) [Resolução CNJ nº 363/2021](#) - Estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais.
- c) [Resolução CNJ nº 370/2021](#) - Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
- d) [Resolução CNJ nº 396/2021](#) - Estabelece a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)
- e) [Resolução CNJ nº 468/2022](#) - Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça.
- f) [Portaria CJF nº 96/2023](#) c/c [Resolução CNJ nº 400/2021](#) - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

8.1.3.4. Normas do Conselho de Justiça Federal:

- a) [Resolução 851/2023](#) c/c [Resolução CJF nº 685/2020](#) - Dispõe do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal (PETI) para 2021-2026.
- b) [Resolução CJF nº 687/2020](#) - Dispõe sobre a implantação da Política de Segurança da Informação do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.
- c) [Resolução CJF nº 709/2021](#) c/c [Portaria CJF nº 96/2023](#) - Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade da Justiça Federal – PSJF e o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratações do Conselho da Justiça Federal – 2ª Edição
- d) [Portaria CJF nº 232/2023](#) - Dispõe sobre as etapas do planejamento das contratações de bens e serviços fundamentadas por meio da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Conselho da Justiça Federal.
- e) [Resolução CJF nº 477/2018](#) - Dispõe sobre a Política de Nivelamento de Infraestrutura de Tecnologia da informação da Justiça Federal.
- f) [Resolução CJF 842/2023](#) - Dispõe sobre o Plano de Contratações Anual e sobre o Plano de Contratações Compartilhadas Anual, no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

8.1.3.5. Normas da Justiça Federal da 1ª Região:

- a) [Resolução PRESI nº 34/2017](#) - Institui a Gestão de Riscos na Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região.
- b) [Resolução PRESI nº 18/2024](#) - Estabelece diretrizes e procedimentos para a elaboração, divulgação e acompanhamento do Plano de Contratações Anual e do Calendário Anual de Contratações e institui o Sistema do Plano de Contratações Anual no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e das seções judiciárias vinculadas.
- c) [Resolução PRESI nº 36/2021](#) - Institui a Política de Governança e Gestão das Contratações da Justiça Federal da 1ª Região.
- d) [Portaria PRESI nº 49/2021](#) - Institui a Política de Proteção de Dados Pessoais (PPDP) a ser adotada pela Justiça Federal da 1ª Região.
- e) [Portaria PRESI nº 171/2021](#) - Adota critérios socioambientais para a classificação de bens a serem adquiridos como sustentáveis no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
- f) [Portaria PRESI nº 340/2021](#) - Aprova o Plano de Logística Sustentável do TRF1 - PLS 2021-2026.
- g) [Portaria PRESI nº 413/2021](#) - Aprova o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do PGRS-TRF1 ([13990795](#)).

8.1.4. Requisitos de manutenção:

8.1.4.1. Conforme descrito no item 12.

8.1.5. Requisitos temporais:

8.1.5.1. Até **10 (dez) dias úteis** para a emissão e entrega da Ordem de Fornecimento, contados a partir da assinatura do contrato.

8.1.5.2. Para todos os itens:

8.1.5.1.1. O prazo para entrega dos equipamentos deverá ser de até no máximo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao recebimento pela Contratada da Ordem de Fornecimento.

8.1.5.1.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, após a entrega dos equipamentos, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta.

8.1.5.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado e atesto da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime o fornecedor de reparar eventuais defeitos constatados posteriormente.

8.1.5.1.4. **60 (sessenta) meses** de garantia "on site", contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do equipamento.

8.1.6. Requisitos de segurança:

8.1.6.1. Conforme descrito no item 22.

8.1.8. Requisitos de garantia:

8.1.8.1. Conforme descrito no item 12.

8.2. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

8.2.1. Para efeito de cumprimento dos critérios de sustentabilidade, deverão ser observadas as regras estabelecidas nas normas vigentes relativas ao desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações públicas, bem como o Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 1ª Região (PORTARIA PRESI 148/2021), observados os seguintes requisitos mínimos:

8.2.1.1. Observar que os equipamentos que compõe a solução não devem conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados(PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu também conhecida como diretiva RoHS27 (Restriction of Certain Hazardous Substances). O atendimento dessas diretriz deve ser comprovado por meio de certificado emitido por entidade oficial ou por declaração do fabricante, nos termos do inciso parágrafo 1º do Art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

8.2.1.2. Comprovar a eficiência energética (Energy Star ou equivalente) do equipamento, mediante apresentação de certificado ou outro documento idôneo emitido por instituições públicas ou privadas.

8.2.1.3. O atendimento dessas diretriz, definida nos subitens 8.2.1.1. e 8.2.1.2. devem ser comprovado por meio de certificado, selo, laudo ou outro documento idôneo emitido por entidade oficial ou por declaração do fabricante.

8.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

8.3.1. Especificações Técnicas presente no Anexo I deste TR.

9. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

9.1. Não será exigida amostra para esta contratação uma vez que, conforme o item 6.7, a licitante deverá fazer acompanhar à proposta o formulário de avaliação técnica.

10. SUBCONTRATAÇÃO

10.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

10.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: fornecimento do equipamento.

10.1.2. A subcontratação fica limitada a prestação dos serviços de garantia.

10.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - CONDIÇÕES/PRAZOS E LOCAL DE EXECUÇÃO/ENTREGA

11.1. Prazo e/ou condições de entrega:

11.1.1. A reunião de alinhamento deverá ser realizada, com a CONTRATADA, em até **10 (dez) dias corridos** contados da data inicial estabelecida para início de vigência do contrato, visando a elaboração do cronograma de entrega dos equipamentos.

11.1.1.1. Para todos os itens: O prazo para entrega dos equipamentos deverá ser de até no máximo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao recebimento pela Contratada da Ordem de Fornecimento.

11.1.1.1.1. A ordem de fornecimento de que trata o item 11.1.1.1 será emitida pelo Contratante em até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir assinatura do contrato.

11.1.2. A entrega dos equipamentos deverá ser efetuada em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 18h00, mediante prévio agendamento por telefone, nas respectivas localidades, conforme contatos e distribuição indicados no Anexo II deste Termo.

11.2. Local de entrega e prestação dos serviços de garantia dos equipamentos ocorrerá conforme mencionado no Anexo II.

11.3. Dos papéis a serem desempenhados pelos principais atores do Contratante e Contratada:

Responsável	Entidade	Papel/Responsabilidade
Equipe de Planejamento da Contratação	Contratante	Equipe responsável por subsidiar a Área de Licitações em suas dúvidas, respostas aos questionamentos, recursos e impugnações, bem como na análise e julgamento das propostas das licitantes.
Responsável Legal	Contratada	Assinatura do Contrato.
Fiscal Requisitante	Contratante	Atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas a coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual.

Fiscal Técnico	Contratante	Fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da solução.
Fiscal Técnico substituto	Contratante	Responsável por fiscalizar o contrato em relação aos aspectos técnicos da solução, na ausência do Fiscal Técnico.

12. DA GARANTIA COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

12.1. A garantia será de **60 (sessenta) meses** "on site" para todos os itens, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste documento, devendo ser prestada por meio do fabricante ou assistência técnica autorizada pelo fabricante, a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo do equipamento.

12.1.1. A adoção de uma garantia de 60 meses para equipamentos de digitalização justifica-se pela necessidade de proteger ativos sujeitos à rápida obsolescência técnica. A Lei nº 14.133/2021 e a IN SGD/ME nº 94/2022 determinam que o planejamento da contratação deve considerar o resultado mais vantajoso para a Administração, levando em conta todo o ciclo de vida do objeto. Exigir 60 meses de garantia assegura que o custo de manutenção esteja coberto durante todo o período previsto de utilização produtiva, evitando gastos extras com contratos de manutenção corretiva e peças.

12.1.2. Além de garantir a integridade da operação, essa exigência assegura que o mercado forneça equipamentos de linha profissional, capazes de suportar o regime de trabalho do órgão com maior durabilidade e segurança. Ao estender o suporte, a Administração atende ao dever de definir condições de assistência técnica que supram suas necessidades específicas, prevenindo falhas prematuras que prejudicariam a eficiência pública.

12.1.3. A exigência de garantia prestada diretamente pelo fabricante ou por assistência técnica autorizada pelo fabricante fundamenta-se na necessidade de mitigar riscos contratuais e assegurar a indisponibilidade do serviço público. Essa medida protege a Administração contra a eventual incapacidade técnica ou insolvência do licitante, transferindo a responsabilidade pelo suporte e correção de vícios a quem detém a tecnologia, expertise e a solvência necessária. Tal condição atende aos princípios da eficiência e da proteção ao erário, garantindo o acesso a peças genuínas e assistência capilarizada, essenciais para itens de alto valor ou criticidade. Além disso, funciona como um filtro qualitativo que assegura a procedência do objeto e reforça a responsabilidade solidária na cadeia de fornecimento, sem restringir a competitividade, visto que a exigência é isonômica para todos os fabricantes do setor.

12.2. A garantia contempla suporte ao funcionamento dos equipamentos, fornecimento de peças e atualização de software, com atendimento 07 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, por um período mínimo de 60 (sessenta) meses contados a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo do equipamento.

12.3. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE, a própria CONTRATADA, às suas expensas, por intermédio de sua matriz, filiais, escritórios ou representantes técnicos autorizados, estará obrigada a atender às solicitações do CONTRATANTE de acordo com os prazos estabelecidos no subitem 12.8.

12.4. A CONTRATADA deverá prestar atendimento às solicitações do CONTRATANTE para manutenção de hardware e para os serviços abaixo discriminados, quando solicitado:

- 12.4.1. Substituir quaisquer peças, componentes e acessórios defeituosos, inclusive roletes e afins;
- 12.4.2. Corrigir defeitos de fabricação ou de projeto;
- 12.4.3. Fornecer e instalar em conjunto com o contratante novas versões e atualizações de *firmware* e do *software* que acompanha a solução sempre que solicitado;
- 12.4.4. Prestar informações de melhores práticas de implementação de funcionalidades e prestar esclarecimento de dúvidas de quaisquer aspectos que envolvam o funcionamento e configuração do equipamento;;

12.5. A substituição de equipamento, peças, componentes e acessórios defeituosos, em qualquer caso, deverá ser feita por item equivalente, assim considerado aquele que apresentar todas as características técnicas especificadas neste Termo de Referência, ou que possua características superiores a estas, não sendo aceitos itens reconicionados.

12.6. Todas as solicitações feitas pelo CONTRATANTE deverão ser registradas pela CONTRATADA em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços;

12.7. A CONTRATADA deverá fornecer um número telefônico para abertura de chamados de assistência técnica da garantia. Este atendimento deverá ser em português do Brasil.

12.8. O término do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 02 (dois) dias úteis contados a partir do dia subsequente ao da abertura do chamado técnico.

12.8.1. Entende-se por término do atendimento a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, condicionado à aprovação do CONTRATANTE, através do setor competente.

12.9. Caso os serviços de assistência técnica da garantia não possam ser executados nas dependências do CONTRATANTE ou o equipamento não possa ser reparado dentro dos prazos previstos, esse poderá ser removido para o Centro de Atendimento da CONTRATADA, mediante:

- 12.9.1. Justificativa por escrito dos problemas e apresentação ao setor competente do CONTRATANTE que fará o aceite e providenciará a autorização de saída do equipamento.
- 12.9.2. Disponibilização de equipamento equivalente ou de configuração superior, no ato da remoção, até que seja sanado o defeito do equipamento, observado o prazo de 30 (trinta) dias úteis para o reparo, admitida a prorrogação em caso de justificativa técnica aceita pela administração.

12.10. A critério da CONTRATADA o equipamento defeituoso poderá ser trocado por outro de mesma marca e modelo, mediante informação ao gestor contendo detalhamento a respeito do número de série do novo equipamento, para fins de regularização patrimonial. Cabe ao CONTRATANTE informar a opção pela troca à localidade responsável para a devida regularização.

12.11. Toda e qualquer substituição de peças e componentes deverá ser acompanhada por funcionário designado pelo CONTRATANTE, que autorizará a substituição das peças e componentes, os quais deverão ser novos e originais.

12.12. As peças e componentes substituídos (com defeito) deverão ser coletados pela empresa prestadora do serviço, visando descarte sustentável.

12.13. Após a conclusão da manutenção de qualquer equipamento, a CONTRATADA deverá gerar documento relatando as atividades desenvolvidas e eventuais substituições de peças e componentes, contendo a identificação do chamado técnico, a data e hora do início e término do atendimento.

12.14. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, sempre que constatar condições inadequadas de funcionamento ou má utilização a que estejam submetidos os equipamentos fornecidos, fazendo constar a causa de inadequação e a ação devida para sua correção.

12.15. A CONTRATADA deverá substituir o equipamento já instalado, após solicitação do CONTRATANTE, por um novo e de primeiro uso, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, na hipótese de recorrência de chamados de assistência técnica por causas similares ou defeitos de mesma natureza, dentro do prazo de garantia.

12.15.1. Entende-se por recorrência a abertura de 3 (três) chamados de assistência técnica no período de 20 (vinte) dias corridos por causas similares ou defeitos de mesma natureza.

12.16. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade pelo deslocamento dos seus técnicos ao local da manutenção do equipamento, bem como pela retirada e entrega e todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondente.

12.17. Antes de findar os prazos fixados nos itens 12.8, 12.9.2 e 12.15.1. a CONTRATADA poderá formalizar pedido de prorrogação.

12.17.1. Não serão aceitas como justificativas para dilação de prazo a falta de peças de reposição ou de profissionais para execução dos serviços.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que os materiais sejam entregues nas dependências das Seções Judiciárias, tais como impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, fretes de entrega, entre outros.

13.2. Entregar o material solicitado no prazo máximo definido na proposta de preços apresentada na licitação, contado da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

13.2.1. Fornecer, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, os equipamentos, juntamente com todos os itens acessórios de *hardware* e *software* necessários à perfeita instalação e funcionamento, incluindo cabos, conectores, suportes, *drivers* de controle, manuais e programas de configuração etc.

13.2.2. Proceder à entrega de equipamentos novos de primeiro uso, acondicionados adequadamente em caixas lacradas de forma a propiciar completa segurança durante o transporte, nas localidades indicadas.

13.3. Efetuar a troca dos produtos que não atenderem às especificações dos objetos, cuja entrega foi embargada, no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data do recebimento da notificação pela contratante, sem prejuízo da contagem do prazo de entrega.

13.4. Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados ao Tribunal e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos trabalhos de entrega e prestação da garantia contratual.

13.5. Comprovar, no momento da entrega, a origem dos itens importados, bem como quitação dos tributos de importação a eles referentes, caso o objeto ofertado seja de origem estrangeira.

13.6. Comunicar à CONTRATANTE, antes de findo o prazo de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

13.7. Atender prontamente às solicitações do CONTRATANTE acerca de dúvidas quanto a procedimentos de instalação, configuração ou atualização dos produtos.

13.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir as respectivas comprovações.

13.9. Prestar assistência técnica por meio do fabricante ou assistência técnica autorizada, a seu critério, por um período de 60 meses a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo do equipamento.

13.9.1. No caso da assistência técnica por meio do fabricante, a Contratada permanece responsável pelo atendimento aos níveis de serviço contratados, responsabilizando-se diretamente por eventuais inadimplementos.

13.10. Respeitar os prazos contratuais máximos de atendimento de chamados técnicos.

13.11. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, de todos os dados ou informações do CONTRATANTE ou suas representações obtidas em função da prestação do objeto contratado, além de qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus profissionais nesse sentido.

13.11.1. Apresentar, na assinatura do contrato, o Termo de Compromisso de Confidencialidade de Informações assinado, conforme Anexo VI.

13.12. A CONTRATADA não poderá fornecer equipamentos, componentes e softwares que estejam classificados como fora de linha (*end of sale*) ou sem suporte (*end of support*), no site do fabricante, na data da entrega da solução.

13.12.1. Caso os equipamentos, componentes e softwares ofertados venham a ser classificados como *end of support*, durante nos 12 (doze primeiros meses) da garantia técnica, a CONTRATADA deverá fornecer outro, igual ou superior à linha ofertada na proposta e aceita no certame licitatório, atendendo aos requisitos do Edital e seus anexos.

13.12.2. Caso os equipamentos, componentes e softwares ofertados venham a ser classificados como *end of support*, a partir do 13º mês de garantia técnica e até o término de sua vigência, a CONTRATADA deverá garantir suporte da solução, com fornecimento de peças e componentes, dentro dos prazos estabelecidos no item 12 deste termo, não sendo aceita justificativa de eventual inexistência de peças, componentes e demais insumos para prorrogação dos referidos prazos. Caso não seja possível a realização do suporte a CONTRATADA deverá fornecer outro equipamento, igual ou superior à linha ofertada na proposta e aceita no certame licitatório, atendendo aos requisitos do Edital e seus anexos.

13.13. A empresa CONTRATADA deverá realizar a logística reversa ou descarte ambiental de acordo com as práticas e políticas de sustentabilidade ambiental previstas em lei das peças e componentes substituídos durante a execução dos serviços de garantia técnica, realizando seu recolhimento nos mesmos locais de entrega do bem, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

13.13.1. A retirada das peças e componentes poderá ocorrer de forma concomitante com sua substituição, com registro da retirada no documento do atendimento, ou a posteriori, mediante recibo de retirada dos bens.

13.13.2. No decorrer da contratação, poderá ser exigido do fornecedor apresentação de documentos comprobatórios dos procedimentos de logística reversa ou destinação ambiental nos termos da legislação vigente, sendo a veracidade das informações prestadas de responsabilidade do fornecedor.

13.14. A CONTRATADA deverá apresentar comprovação da origem dos itens importados, nos termos do inciso III, art. 3º do Decreto 7.174/2010;

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

14.1. Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à entrega dos bens, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a entrega dos equipamentos, no prazo máximo de 1 (um) mês, contado do recebimento pelo Contratante, podendo ser prorrogado, motivadamente, por igual período.

14.2. Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada no cumprimento do objeto desta contratação, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;

14.3. Receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;

14.4. Recusar o recebimento do objeto que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA;

14.5. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do produto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

14.6. O representante da administração deverá comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de dispositivos constantes deste Termo, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções cabíveis, resguardados os

Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

14.7. Permitir acesso do pessoal da empresa licitante às dependências das Seções Judiciárias para a entrega e/ou troca do objeto contratado, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.

14.8. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

14.9. Receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

14.10. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na Avaliação de Resultado.

15. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

15.7. O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

15.8. O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

15.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

15.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização comunicará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

15.11. O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

15.12. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao superior hierárquico para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

15.13. O fiscal do contrato e/ou equipe de fiscalização deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

16. RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. O recebimento se dará da seguinte forma:

16.1.1. Para todos os itens:

16.1.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, após a entrega dos equipamentos, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta.

16.1.1.1.1. O recebimento provisório consiste na identificação e conferência dos equipamentos, com ênfase na integridade física, quantitativa e verificação da adequação da marca e modelo do produto fornecido à Proposta Comercial.

16.1.1.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado e atesto da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime o fornecedor de reparar eventuais defeitos constatados posteriormente.

16.1.1.2.1. O recebimento definitivo consiste na verificação de conformidade de todos os requisitos contratuais do equipamento.

16.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

16.3. Os materiais serão recusados nos seguintes casos:

16.3.1. Quando entregues com especificações técnicas inferiores às contidas neste Termo de Referência e/ou proposta.

16.4. Todo o lote entregue deverá ser substituído, caso ocorra a incidência de defeitos de fabricação, em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total dos bens/materiais entregues. A devolução ocorrerá a qualquer tempo, independente de transcorrido o prazo de recebimento definitivo, às expensas da Contratada.

16.5. Enquanto não solucionada a pendência, ficarão suspensos os prazos para o recebimento definitivo.

16.5.1. Caso o equipamento entregue apresente componentes defeituosos, a CONTRATADA deverá regularizar a falha detectada como requisito para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

16.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

16.7. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilatação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para o Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

16.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

17. GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Objetivando assegurar o fiel cumprimento deste contrato, a Contratada deverá apresentar a garantia contratual, numa das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data inicial estabelecida para início do contrato, excepcionada a hipótese de escolha da modalidade Seguro-Garantia, que deverá ser prestada anteriormente à assinatura do contrato, como condição para sua celebração.

17.1.1. A Garantia será no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

17.1.2. O prazo da garantia deverá abranger o período de execução do contrato e se estender por até 3 (três) meses após o termo final da vigência do contrato, com vencimento previsto para _____.

17.1.3. No caso de apresentação de garantia na modalidade caução em dinheiro, a Contratada deverá efetuar o depósito na Caixa Econômica Federal, Agência 2301 – PAB – Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

17.2. A Contratada fica obrigada a fazer constar do documento de garantia, expressamente, sua vinculação a esta cláusula contratual.

17.3. A garantia deverá ser renovada/endossada a cada prorrogação ou alteração, reajustes/repactuações do contrato, no prazo de 10 (dez) úteis, contados da assinatura do termo aditivo ou da notificação, na hipótese de reajustes/repactuações realizados mediante apostila ao contrato.

17.4. A garantia, independente da modalidade escolhida, deverá assegurar:

17.4.1. Pagamento imediato pela ocorrência de quaisquer eventos danosos previstos no contrato, notadamente os relativos a multas moratórias e/ou compensatórias, mediante simples apresentação, pelo Contratante, do valor apurado ou fixado de acordo com as pertinentes cláusulas deste contrato.

17.4.2. Cobertura de prejuízos causados ao Contratante, decorrentes de culpa ou dolo da Contratada na execução do contrato, apurados em regular processo administrativo, até o limite previsto no subitem 17.1.1.

17.4.3. Renúncia expressa aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro, na hipótese de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária. (Lei n. 10.406/2002).

17.5. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

17.6. No caso de penalidade imposta pelo Contratante, basta a apresentação da decisão final exarada no processo administrativo para que o correspondente valor seja recolhido ao erário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma fixada pelo Contratante, independentemente de anuência, autorização ou manifestação da Contratada.

17.7. Sancionada a Contratada, caso esta não realize o pagamento no prazo fixado, correspondente valor será exigido do garantidor mediante simples comunicação escrita.

17.8. Se o valor da garantia ou parte desta for utilizado para pagamento dos eventos indicados nos subitens 17.4.1 e 17.4.2 desta cláusula, obriga-se a Contratada a efetuar a respectiva reposição ou complementação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação feita pelo Contratante.

17.9. Em caso de alteração do contrato, a Contratada deverá apresentar nova garantia na mesma modalidade da anterior ou complementar a já existente, no prazo previsto no subitem anterior.

17.10. Caso a Contratada não cumpra o disposto nos itens anteriores, dentro do prazo estipulado, o Contratante poderá reter cautelarmente o valor da garantia dos pagamentos devidos, até a sua regularização, sendo todo o ônus decorrente de responsabilidade da Contratada.

17.10.1. Em caso de retenção de que trata o subitem 17.10, o Contratante oficiará a Contratada para, em novo prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da notificação, regularizar a prestação da garantia.

18. DA VIGÊNCIA

18.1. O período de vigência do contrato compreenderá os seguintes prazos:

18.1.1. Realizar reunião de alinhamento em até 10 (dez) dias corridos contados da data inicial estabelecida para início de vigência do contrato.

18.1.2. Para todos os itens:

18.1.2.1. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do recebimento ou da inequívoca ciência, pela Contratada, da Ordem de Fornecimento.

18.1.2.2. O recebimento provisório ocorrerá no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, após a entrega dos equipamentos, mediante Termo de Recebimento Provisório.

18.1.2.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório.

18.1.2.4. **60 (sessenta) meses** para assistência técnica da garantia, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

19. LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTO

19.1. Prazos para liquidação e pagamento:

19.1.1. A liquidação ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do atesto da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente.

19.1.1.1. A emissão do atesto de nota fiscal será feita após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

19.1.2. O pagamento das faturas será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da liquidação, conforme inciso VI do art. 92 da Lei 14.133/2021.

19.2. Para todos os itens:

19.2.1. 100% (cem por cento) após o recebimento definitivo dos equipamentos.

19.3. Ocorrendo atraso no pagamento, serão devidos à Contratada, juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, sendo adotado o Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, como critério de atualização monetária, conhecido quando da emissão da fatura, relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento até a data de sua efetivação.

19.3.1. Sob pena de decair do direito, a Contratada terá prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data em que receber o pagamento com atraso, para apresentar o documento de cobrança referente aos juros de mora, devendo apresentar, juntamente com a nota, a memória de cálculo correspondente ao valor cobrado.

19.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

20. PENALIDADES/SANÇÕES

20.1. Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156 da Lei 14.133/2021).
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 20.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo subitem.

20.3. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

20.3.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

20.3.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, em especial quando:

20.3.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.3.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.3.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

20.3.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

20.3.3. Não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.3.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

20.3.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.3.5. Fraudar a licitação;

20.3.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.3.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.3.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.3.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

20.3.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

20.3.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

20.4. A licitante que incorrer nas infrações previstas nos subitens 20.3.1, 20.3.2 e 20.3.3, ensejará na sanção prevista no subitem 20.1, alínea “c”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 20.1, alínea “b”.

20.5. À licitante que cometer as infrações previstas nos subitens 20.3.4, 20.3.5, 20.3.6, 20.3.7 e 20.3.8, será aplicada a pena prevista na alínea “d” do subitem 20.1.

20.6. O atraso injustificado na entrega/execução do objeto contratado ou qualquer outra infração, sujeitará a Contratada à multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato ou sobre a parte não entregue/executada, até o limite de 10 (dez) dias corridos.

20.6.1. A partir do 11º dia, a multa diária será de 1% (um por cento), até o limite de 8% (oito por cento), considerado o limite total de 13% (treze por cento) da multa cumulada com a penalidade do subitem 20.6.

20.7. Nas hipóteses em que não haja prefixação do termo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Contratada, hipótese que fará incidir a sanção prevista no subitem 20.6.

20.8. A inexecução parcial ou total deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a resolução contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 20.1, alínea “c”.

20.9. A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições deste Edital ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência.

20.9.1. A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

20.9.2. O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta neste subitem será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

20.10. Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 20.6.

20.11. O valor das multas poderá ser deduzido dos créditos existentes em favor da contratada ou recolhido ao Tesouro Nacional, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (§8º, art. 156 da Lei 14.133/2021).

20.12. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20.13. O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

21. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

21.1. O custo estimado total da contratação é de , conforme análise crítica e justificativas apresentadas na Informação Conclusiva ([25162584](#)).

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Scanner Tipo I	467	Unidade		
2	Scanner Tipo II	524	Unidade		
3	Scanner Tipo III	85	Unidade		
4	Scanner Tipo IV	380	Unidade		
VALOR TOTAL					

21.2. O custo/percentual estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, conforme justificativa constante do processo SEI ([0016576-27.2021.4.01.8000](#)).

22. DA PROTEÇÃO DE DADOS

22.1. Na execução do objeto, devem ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) - LGPD -, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

22.2. A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.

22.2.1. Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 03 (três) dias úteis, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

22.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste instrumento e seus anexos.

22.4. É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

22.5. Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

22.6. Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que encerre tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

22.7. Não haverá tratamento específico de dados pessoais para esta contratação.

23. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

23.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

23.2.1. Despesa: 4609525

23.3. Descrição:

I) Gestão/Unidade: 90027 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO/SECIN - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECIN/TRF1.

II) Fonte de Recursos: 4609525

III) Programa de Trabalho (PTRES): 168363

IV) Natureza de Despesa: 4.4.90.52.00

24. DOS ANEXOS

- 24.1. Anexo I – Especificações Técnicas
- 24.2. Anexo II – Endereços das Localidades de Entrega dos Equipamentos
- 24.3. Anexo III - Modelo Ordem de Fornecimento
- 24.4. Anexo IV – Modelo de Formulário de Avaliação Técnica
- 24.5. Anexo V - Compromisso de Confidencialidade de Informações

25. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Arthur Henrique Villa Real Ferreira Ramos
Integrante Requisitante

Alex Cerqueira Rocha
Integrante Técnico

Cristina Kelly Fritsch
Integrante Administrativo

ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Scanner Tipo I

- 1.1. Possuir resolução máxima de digitalização de, no mínimo, 600 dpi;
- 1.2. Possuir interface para USB 3.0 ou superior;
- 1.3. Possuir digitalização frente (simples) e frente e verso (duplex);
- 1.4. Possuir tecnologia de digitalização CCD (Charge CoupledDevice), CIS (Contact Image Sensor) ou similar;
- 1.5. Possuir alimentador automático de documentos (ADF), com capacidade de armazenamento de, no mínimo, 60 (sessenta) folhas.
- 1.6. Velocidade de digitalização (a 300dpi):
 - 1.6.1. Simplex: no mínimo, 40 ppm (quarenta páginas por minuto);
 - 1.6.2. Duplex: no mínimo, 80 ipm (oitenta imagens por minuto);
- 1.7. Volume diário recomendado de processamento de, no mínimo, 5.000 (cinco mil) páginas;
- 1.8. Permitir digitalização de documentos com tamanho mínimo de 53 mm x 88 mm ou inferior e tamanho máximo de 215,9 mm x 355,6 mm (Legal/Ofício) ou superior;
- 1.9. Possuir detecção de alimentação múltipla;
- 1.10. Suportar papel com gramatura mínima de 60 g/m² (ou inferior) e máxima de 100 g/m² (ou superior);
- 1.11. Suportar no mínimo os seguintes formatos de saída: TIFF, JPEG e PDF pesquisável;
- 1.12. Possuir capacidade de detecção e exclusão automática de imagens em branco;
- 1.13. Possuir suporte aos drivers TWAIN ou ISIS;
- 1.14. Permitir reconhecimento ótico de caracteres (OCR) de documentos digitalizados;
- 1.15. Totalmente compatível com Sistemas Operacionais Windows 10 ou superior;
- 1.16. Alimentação elétrica bivolt 100-240 V automática;
- 1.17. Deverão ser entregues todos os requisitos de hardware, software, cabos, acessórios e manuais necessários à instalação do equipamento e de seus componentes;
- 1.18. Garantia on site de 60 (sessenta) meses;
- 1.19. Comprovar a eficiência energética do equipamento mediante apresentação de certificado emitido por instituições públicas ou privadas como por exemplo Energy Star;
- 1.20. Comprovar que o equipamento não é fabricado utilizando as seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente nas quantidades permitidas pela diretiva RoHS: chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Hex-CR, bifenilos polibromados (PBBs) e éteres defenil-polibromados (PBDEs).

2. Scanner Tipo II

- 2.1. Possuir resolução máxima de digitalização de, no mínimo, 600 dpi;
- 2.2. Possuir interface para USB 3.0 ou superior;
- 2.3. Possuir digitalização frente (simples) e frente e verso (duplex);
- 2.4. Possuir tecnologia de digitalização CCD (Charge CoupledDevice) ou CIS (Contact Image Sensor);
- 2.5. Possuir alimentador automático de documentos (ADF), com capacidade de armazenamento de, no mínimo, 80 (oitenta) folhas.
- 2.6. Velocidade de digitalização (a 300dpi):
 - 2.6.1. Simplex: no mínimo, 60 ppm (sessenta páginas por minuto);
 - 2.6.2. Duplex: no mínimo, 120 ipm (cento e vinte imagens por minuto);
- 2.7. Volume diário recomendado de processamento de, no mínimo, 7.000 (sete mil) páginas;
- 2.8. Permitir digitalização de documentos com tamanho mínimo de 53 mm x 88 mm ou inferior e tamanho máximo de 215,9 mm x 355,6 mm (Legal/Ofício) ou superior;
- 2.9. Possuir detecção de alimentação múltipla;
- 2.10. Suportar papel com gramatura mínima de 60 g/m² (ou inferior) e máxima de 100 g/m² (ou superior);
- 2.11. Suportar no mínimo os seguintes formatos de saída: TIFF, JPEG e PDF pesquisável;
- 2.12. Possuir capacidade de detecção e exclusão automática de imagens em branco;
- 2.13. Possuir suporte aos drivers TWAIN ou ISIS;
- 2.14. Permitir reconhecimento ótico de caracteres (OCR) de documentos digitalizados;
- 2.15. Totalmente compatível com Sistemas Operacionais Windows 10 ou superior;
- 2.16. Alimentação elétrica bivolt 100-240 V automática;
- 2.17. Deverão ser entregues todos os requisitos de hardware, software, cabos, acessórios e manuais necessários à instalação do equipamento e de seus componentes;
- 2.18. Garantia on site de 60 (sessenta) meses;
- 2.19. Comprovar a eficiência energética do equipamento mediante apresentação de certificado emitido por instituições públicas ou privadas como por exemplo Energy Star;
- 2.20. Comprovar que o equipamento não é fabricado utilizando as seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente nas quantidades permitidas pela diretiva RoHS: chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Hex-CR, bifenilos polibromados (PBBs) e éteres-defenil-polibromados (PBDEs);
- 2.21. Possuir mesa digitalizadora (flatbed) integrada ao scanner ou ofertar mesa digitalizadora totalmente compatível com o scanner que atenda aos seguintes requisitos:

- 2.21.1. Caso a mesa digitalizadora não seja integrada ao equipamento, deverão ser fornecidos todos os cabos ou acessórios para conexão da mesa digitalizadora ao scanner.
- 2.21.2. Possuir resolução óptica de, no mínimo, 600 dpi (seiscentos pontos por polegada);
- 2.21.3. Possuir área de digitalização mínima de 216 X 297 mm.

3. Scanner Tipo III

- 3.1. Possuir resolução máxima de digitalização de, no mínimo, 600 dpi;
- 3.2. Possuir interface para USB 3.0 ou superior;
- 3.3. Possuir digitalização frente (simples) e frente e verso (duplex);
- 3.4. Possuir tecnologia de digitalização CCD (Charge CoupledDevice), CIS (Contact Image Sensor) ou similar;
- 3.5. Possuir alimentador automático de documentos (ADF), com capacidade de armazenamento de, no mínimo, 100 (cem) folhas.
- 3.6. Velocidade de digitalização (a 300dpi):
 - 3.6.1. Simplex: no mínimo, 85 ppm (oitenta e cinco páginas por minuto);
 - 3.6.2. Duplex: no mínimo, 170 ipm (cento e setenta imagens por minuto);
- 3.7. Volume diário recomendado de processamento de, no mínimo, 20.000 (vinte mil) folhas;
- 3.8. Permitir digitalização de documentos com tamanho mínimo de 64 mm x 88 mm ou inferior e tamanho máximo de 297 mm x 420 mm (A3) ou superior;
- 3.9. Possuir detecção de alimentação múltipla;
- 3.10. Suportar papel com gramatura mínima de 60 g/m² (ou inferior) e máxima de 120 g/m² (ou superior);
- 3.11. Suportar no mínimo os seguintes formatos de saída: TIFF, JPEG e PDF pesquisável;
- 3.12. Possuir capacidade de detecção e exclusão automática de imagens em branco;
- 3.13. Possuir suporte aos drivers TWAIN ou ISIS;
- 3.14. Permitir reconhecimento ótico de caracteres (OCR) de documentos digitalizados;
- 3.15. Totalmente compatível com Sistemas Operacionais Windows 10 ou superior;
- 3.16. Alimentação elétrica bivolt 100-240 V automática;
- 3.17. Deverão ser entregues todos os requisitos de hardware, software, cabos, acessórios e manuais necessários à instalação do equipamento e de seus componentes;
- 3.18. Garantia on site de 60 (sessenta) meses;
- 3.19. Comprovar a eficiência energética do equipamento mediante apresentação de certificado emitido por instituições públicas ou privadas como por exemplo Energy Star ;
- 3.20. Comprovar que o equipamento não é fabricado utilizando as seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente nas quantidades permitidas pela diretiva RoHS: chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Hex-CR, bifenilos polibromados (PBBs) e éteres defenil-polibromados (PBDEs).

4. Scanner Tipo IV

- 4.1. Possuir resolução máxima de digitalização de, no mínimo, 600 dpi;
- 4.2. Possuir interface USB 2.0 ou superior;
- 4.3. Possuir digitalização frente (simples) e frente e verso (duplex);
- 4.4. Possuir tecnologia de digitalização CCD (Charge CoupledDevice) ou CIS (Contact Image Sensor);
- 4.5. Possuir alimentador automático de documentos (ADF), com capacidade de armazenamento de, no mínimo, 20 (vinte) folhas.
- 4.6. Velocidade de digitalização (a 300dpi):
 - 4.6.1. Simplex: no mínimo, 15 ppm (quinze páginas por minuto);
 - 4.6.2. Duplex: no mínimo, 30 ipm (trinta imagens por minuto);
- 4.7. Volume diário recomendado de processamento de, no mínimo, 500 páginas;
- 4.8. Permitir digitalização de documentos com tamanho mínimo de 53 mm x 88 mm ou inferior e tamanho máximo de 215,9 mm x 297 mm ou superior;
- 4.9. Possuir detecção de alimentação múltipla;
- 4.10. Suportar papel com gramatura mínima de 60 g/m² (ou inferior) e máxima de 100 g/m² (ou superior);
- 4.11. Suportar no mínimo os seguintes formatos de saída: TIFF, JPEG e PDF pesquisável;
- 4.12. Possuir capacidade de detecção e exclusão automática de imagens em branco;
- 4.13. Possuir suporte aos drivers TWAIN ou ISIS;
- 4.14. Permitir reconhecimento ótico de caracteres (OCR) de documentos digitalizados;
- 4.15. Totalmente compatível com Sistemas Operacionais Windows 10 ou superior;
- 4.16. Alimentação elétrica bivolt 100-240 V automática ou USB;
- 4.17. Deverão ser entregues todos os requisitos de hardware, software, cabos, acessórios e manuais necessários à instalação do equipamento e de seus componentes;
- 4.18. Garantia on site de 60 (sessenta) meses;
- 4.19. Comprovar que o equipamento não é fabricado utilizando as seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente nas quantidades permitidas pela diretiva RoHS: chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Hex-CR, bifenilos polibromados (PBBs) e éteres-defenil-polibromados (PBDEs).

4.20. Comprovar a eficiência energética do equipamento mediante apresentação de certificado emitido por instituições públicas ou privadas como por exemplo Energy Star ;
4.21. Peso máximo de 2 kg.
4.22. Tamanho máximo fechado para transporte de 300 mm x 130 mm x 130 mm.

ANEXO II					
ENDEREÇOS DAS LOCALIDADES DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS					
ÓRGÃO	Sigla	UASG	Local de Entrega	Telefone	E-mail
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	CEFET-RJ	153010	Rua Mata Machado nº 46 – Maracanã, Rio de Janeiro – RJ, Cep: 20271-260	21 2566-3042; 21 2566-3158	thiago.barros@cefet-rj.br elielson.ribeiro@cefet-rj.br danillo.santos@cefet-rj.br
FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA	FESP-RR	927916	Av. Via das Flores, 1696 - Pricumã, Boa Vista - RR, 69309-366	095 98104-3404	executiva.fesp@sesp.rr.gov.br thayany.reis@sesp.rr.gov.br
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - REITORIA	IFB-PB	158138	Rua: Pastor Frank Dyer, Jardim Cidade Universitária, João Pessoa - PB - CEP:58052-564	(83) 99940-1002; (83) 99128-8355	licitacao@ifpb.edu.br alex.rocha@ifpb.edu.br jose.canuto@ifpb.edu.br
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA	PCRR	927020	Av. Getúlio Vargas, 3859, Canarinho Cep 69.306-545, Boa Vista-RR	(95) 98410-7105 / (95) 99112-7804	wesley.oliveira@policiacivil.rr.gov.br luiz.silva@policiacivil.rr.gov.br da@policiacivil.rr.gov.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE	SJAC	90024	SJAC - Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/n Portal da Amazônia, CEP 69915-632 - Rio Branco - AC	(68) 3311-1752; (68) 3214-2017	vinicius.mmaia@trfl.jus.br cleiverson.almeida@trfl.jus.br selic.ac@trfl.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE AMAPÁ	SJAP	90037	Rodovia Norte-Sul S/N, Bairro Infraero II, Macapá-AP, CEP 68.908-911	(96) 3198-9533 (69) 3198-9350	nutec.ap@trfl.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL	SJDF	90023	Seção Judiciária do Distrito Federal SEPAM - Seção de Patrimônio e Material Setor de Garagens Oficiais Norte (SGON) Quadra 02, Lotes 30/60, Brasília -DF, CEP 70.610-620	61-3221-6401; 61-3221-6310	nulic.df@trfl.jus.br nutec.df@trfl.jus.br
JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - ES	SJES	90014	Ed. Sede da Seção Judiciária do Espírito Santo, localizado à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória – ES, CEP: 29.053-245.	(27) 31835164; (27) 31835066	sesut@jfes.jus.br seprac@jfes.jus.br
JUSTIÇA FEDERAL EM GOIÁS	SJGO	90022	Edifício sede - Rua 19, nº 244, Centro, CEP: 74030-090	(62) 3226-1528; (62) 3226-1681	selit.go@trfl.jus.br nutec.go@trfl.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO	SJMA	90004	Seção de Material e Patrimônio - SEMAP da Seção Judiciária do Maranhão, Av. Senador Vitorino Freire, 300 - Areinha, CEP 65031-900, São Luís/MA.	(98) 3214-5707; (98) 3214-5748	secom.ma@trfl.jus.br nutec.ma@trfl.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ	SJPA	90003	Rua Domingos Marreiros, 598, Umarizal CEP: 66055-210 Belém - PA	91-3299-6168; 91-3299-6107	selit.pa@trfl.jus.br nutec.pa@trfl.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ	SJPI	90005	SJPI - Edifício-sede em Teresina Piauí, Av. Miguel Rosa, 7315, Bairro Redenção, Teresina-	(86) 2107-	secad.pi@trfl.jus.br nutec.pi@trfl.jus.br

			Piauí, CEP 64018-550 - SEMAT-PI - Seção de Material e Patrimônio	2850; (86) 2107-3250	
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO	SJRJ	90016	Seção Judiciária do Rio de Janeiro Seção de Almoxarifado/SEALM Rua Equador, 613 - Santo Cristo – Rio de Janeiro-RJ	(21) 2282-8098; (21) 2282-7704	tssealm@jfrj.jus.br m.lucia@trf2.jus.br disus@trf2.jus.br bernardo.ciriaco@trf2.jus.br tssetecd@trf2.jus.br"
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA/RO	SJRO	90025	AVENIDA PRESIDENTE DUTRA N. 2203, PORTO VELHO/RO - 78916-100	(69) 2181-5705	nutec.ro@trf1.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA/RR	SJRR	90039	Av. Getúlio Vargas, 3999, Canarinho Boa Vista/RR, CEP: 69306-545	(95) -21214 202; (95) -21214 223	secad.rr@trf1.jus.br nutec.rr@trf1.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL	SJRS	90020	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha 600, Porto Alegre, RS, CEP 90010-395	(51) 3214 9021; (51) 3214 9236	contratos@jfrs.jus.br rspoadtinat@jfrs.jus.br
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS - SJTO	SJTO	90038	SEMAP – Seção de Material e Patrimônio Av Teotonio Segurado, Qd 201 Norte, Cj 01, Lote 2A, Palmas- TO, CEP 77.001-128	63-3218-3858; 63-3218-3822	selit.to@trf1.jus.br seinf.to@trf1.jus.br
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO	TRF2	90028	Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Seção de Almoxarifado – SALMOX, Rua do Acre, 80, sala 305, Centro, Rio de Janeiro/RJ	(21) 2282-8098; (21) 2282-7704	salmox@trf2.jus.br m.lucia@trf2.jus.br disus@trf2.jus.br bernardo.ciriaco@trf2.jus.br tssetecd@trf2.jus.br
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO	TRF5	90031	Edifício Ministro Djaci Falcão, na Av. Cais do Apolo, s/n – Bairro do Recife, Recife/PE, CEP 50.030-908	81 - 3425-9130; 81 – 3425-9388	abisail@trf5.gov.br jvaraujo@trf5.jus.br cpl@trf5.jus.br
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO	TRF6	90059	Avenida Álvares Cabral, 1805, 5º andar - CEP 30170 001 Bairro Santo Agostinho Belo Horizonte/MG	(31) 3501-1444; (31) 3501-1202	marcela.carmo@trf6.jus.br licitacao@trf6.jus.br airton.junior@trf6.jus.br surel@trf6.jus.br

ANEXO III

ORDEM DE FORNECIMENTO

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

IDENTIFICAÇÃO DA ORDEM DE COMPRA				
NÚMERO DO CONTRATO:		ORDEM DE COMPRA Nº:		
PA Nº		ARP Nº:		
GESTOR DO CONTRATO:				
FORNECEDOR:				

AUTORIZAMOS O COMPRA DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS MEDIANTE CONDIÇÕES CONSTANTES DO CONTRATO REFERIDO.

DADOS DA ENTREGA				
ITEM	PRODUTO	QTD.	LOCAL DE ENTREGA	CONTATO

DADOS DA AUTORIZAÇÃO

Data da emissão da Ordem de COMPRA: XX/XX/XXXX

Carimbo e assinatura do Gestor

Data de recebimento da Ordem de COMPRA: XX/XX/XXXX

Carimbo e assinatura da CONTRATADA

ANEXO IV
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA

- O formulário a partir do modelo constante do presente anexo é de preenchimento obrigatório, e deverá fazer parte integrante da proposta técnica de cada licitante.
- As propostas que não atenderem à totalidade das características obrigatórias serão desclassificadas.
- O formulário deverá ser preenchido sob a seguinte orientação:

ITEM DO EDITAL E DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (CATÁLOGO / FOLDER / MANUAL) COM INDICAÇÃO DA PÁGINA E CITAÇÃO DO CONTEÚDO COMPROBATÓRIO DO REQUISITO
Item 1 -	
...	
Item 2 -	
...	
Item 3 -	
...	
Item 4 -	
...	

a) Coluna "Página do Manual/catálogo/etc" com indicação do requisito comprovado: **constar nome do documento comprobatório (catálogo/folder/manual) com indicação da Página e citação do conteúdo comprobatório do requisito** que contenha a informação que comprove a característica solicitada. Quaisquer comprovações baseadas em URLs do fabricante, na internet, deverão ser materializadas em documento que deverá ser anexado no Portal de Compras do Governo Federal, mesmo que de forma parcial.

ANEXO V
TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE

O <NOME DO ORGÃO> sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º <CNPJ> , doravante denominado Contratante, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ n.º <CNPJ>, doravante denominada Contratada.

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a Contratada poderá ter acesso a informações sigilosas do Contratante.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção.

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do Contratante.

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela Contratada, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela Contratante, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem as Leis 12.527, de 18/11/2011 e 12.965, de 23/04/2014 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

- INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
- INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de

computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do Contratante e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a Contratada venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta - DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I - sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da Contratada.

II - tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO.

III - sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis

Cláusula Quinta - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - A Contratada se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do Contratante.

Parágrafo Segundo - A Contratada compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I - A Contratada deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à Contratante dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A Contratada obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do Contratante, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela Contratante.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I - Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A Contratada obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à Contratada, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A Contratada, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas.

II - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros.

III - Comunicar à Contratante, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente. e

IV - Identificar as pessoas que, em nome da Contratada, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a Contratada teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima - DAS PENALIDADES

quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a Contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela Contratante, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

Cláusula Oitava - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Ao assinar o presente instrumento, a Contratada manifesta sua concordância no sentido de que:

I - A Contratante terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da Contratada.

II - A Contratada deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela Contratante, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

IV - Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes.

V - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes.

VI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a Contratada não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento.

VII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a Contratada, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL.

VIII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona - DO FORO

A Contratante elege o foro da <CIDADE DO Contratante>, onde está localizada a sede do Contratante, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 02 vias de igual teor e um só efeito.

_____, _____ de _____ de 20 ____.

DE ACORDO

Contratante Contratada

<NOME> <NOME>
<MATRÍCULA> <MATRÍCULA>

Testemunhas

Testemunha 01 Testemunha 02
<NOME> <NOME>
CPF: CPF:

TERMO DE CIÊNCIA

Contrato Número:
Objeto:
Gestor do Contrato: Matrícula:
Contratante:
Contratada: CNPJ:
Preposto da Contratada:

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e das normas de segurança vigentes no Contratante.

_____, _____ de _____ de 20 ____.

CIÊNCIA Contratada - Funcionários

(Nome e Matrícula): _____
(Nome e Matrícula): _____
(Nome e Matrícula): _____
(Nome e Matrícula): _____
(Nome e Matrícula): _____
(Nome e Matrícula): _____
(Nome e Matrícula): _____
(Nome e Matrícula): _____
(Nome e Matrícula): _____
(Nome e Matrícula): _____



Documento assinado eletronicamente por **Alex Cerqueira Rocha, Supervisor(a) de Seção**, em 17/06/2026, às 17:12 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Arthur Henrique Villa Real Ferreira Ramos, Diretor(a) de Divisão**, em 17/06/2026, às 18:14 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **25361584** e o código CRC **8FC5B898**.

Criado por [tr302305](#), versão 4 por [tr302305](#) em 17/06/2026 17:07:00.